

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 524 - Brasília, terça-feira, 19 de agosto de 1997



Waldeck Ornelas: desenvolvimento regional



Osmar Dias: governadores fazem festa com incentivos



Kleinübing: ilegalidade semelhante à dos precatórios

Proposta contra "guerra fiscal" mobiliza plenário do Senado

Matéria volta hoje à CCJ por haver recebido emendas. Batalha campal, festa e conflito predatório são alguns dos termos utilizados pelos parlamentares para definir a concessão de incentivos a empresas

No último dia de sua discussão em plenário, a proposta de emenda constitucional do senador Waldeck Ornelas que visa a acabar com a guerra fiscal entre estados mobilizou ontem as atenções dos parlamentares. Além do próprio Waldeck, defenderam a proposta os senadores Osmar Dias, Benedita da Silva e Mauro Miranda. Wilson Kleinübing também comentou o tema.

Waldeck denunciou "a verdadeira batalha campal entre os estados para atrair empresas", enquanto Osmar Dias ressaltou que "não dá mais para conviver com a festa que alguns governadores estão fazendo". Benedita anunciou que votará a favor de substitutivo à proposta, que Mauro considerou mecanismo hábil "para evitar o aprofundamento de um conflito autofágico e predatório". Kleinübing apontou ilegalidade semelhante à dos precatórios.

A matéria recebeu seis emendas de plenário e por isso retornará hoje à CCJ, onde o relator Lúcio Alcântara dará parecer sobre elas. **Páginas 4 e 5**

Previdência tem 50 emendas e retorna à CCJ

A proposta de reforma da Previdência retorna hoje à CCJ, onde o relator Beni Veras dará parecer sobre as 50 emendas de plenário. Ontem, último dia de discussão, foram apresentadas mais 12 emendas, de autoria dos senadores Fernando Bezerra, Emília Fernandes, José Alves e José Bianco.

Na discussão, Emília defendeu o combate à fraude e à corrupção, tópico que, segundo ela, não tem merecido a devida atenção. José Eduardo Dutra ressaltou que é preciso evitar desvio de dinheiro da Previdência. **Página 3**

Lobão defende soberania

PÁGINA 7

Precatórios, a última reunião

A CPI dos Precatórios realiza às 17h de hoje sua última reunião, quando seus integrantes serão oficialmente informados da decisão da CCJ de manter o relatório apresentado por Roberto Requião. O relatório será enviado ao presidente do Senado, Antonio Carlos

Magalhães, e ao Ministério Público. Ainda esta tarde, às 14h, instala-se a comissão parlamentar externa sobre o fenômeno climático "El Niño". Já a Comissão Mista de Orçamento reúne-se às 15h para votar diversas matérias. **Página 2**

Senadores serão oficialmente informados da decisão da CCJ sobre o relatório, que seguirá para Antonio Carlos e Ministério Público

CPI dos Precatórios encerra seus trabalhos esta tarde

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), realiza às 17h de hoje sua última reunião. Seus integrantes serão, então, informados oficialmente da decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de considerar válido o relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). O relatório será enviado ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e ao Ministério Público.

Ainda esta tarde, às 14h, instala-se a comissão parlamentar externa sobre o fenômeno "El Niño", quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e se escolherá o relator da matéria.

A comissão, criada por re-



Cabral: novamente na presidência querimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC), é composta por sete senadores e deverá, no prazo de trinta dias, avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das regiões do país sujeitas a esse fenômeno atmosférico.

Será instalada também hoje a Comissão Mista destinada a



Requião: relatório aprovado na CCJ examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que estabelece mecanismos para incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras. Na oportunidade serão escolhidos o presidente e o vice-presidente da comissão e designado o relator da matéria.

Acordos internacionais também na pauta

O plenário do Senado vota hoje três projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil. Um desses acordos é o assinado com o governo da Finlândia, visando evitar a dupla tributação e

prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos de renda.

Outro acordo é o firmado com o governo do Paraguai, e trata do exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal di-

plomático, consular, administrativo e técnico. Por fim, o plenário apreciará acordo com a África do Sul, sobre cooperação e assistência mútua no combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

17h30 - Recebe o secretário de Cultura e Turismo do estado da Bahia, Paulo Gaudenzi

18h - Recebe o líder do Partido Popular de Portugal, deputado Manoel Monteiro

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PDL nº 15/97, que aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996; do "PDL nº 58/97, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 23 de outubro de 1996; e do "PDL nº 60/97, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecen-

tes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.

COMISSÕES

14h - Comissão Parlamentar sobre o Fenômeno "El Niño"

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação de matérias em tramitação no âmbito da comissão. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

15h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1556-13/97, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Comissão Mista de Orçamento vota crédito especial

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se a partir das 15h para votar, entre outras matérias, o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, o crédito especial de R\$ 104,24 bilhões. O governo comprará a dívida dos estados com títulos públicos federais e créditos securitizados.

Conforme a medida, o refinanciamento dos passivos estaduais proposto não implicará aumento da dívida sob a ótica do setor público consolidado (União, estados e municípios), uma vez que, segundo o relator, a União assumirá dívidas que antes tinham os estados como devedores.

Lúcio Alcântara destaca como o mérito da proposição

o fato de possibilitar a redução do valor dos juros transcorridos pelo setor público aos credores.

Também será votado pela comissão parecer do deputado Israel Pinheiro ao projeto de lei que autoriza o Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar de R\$ 621,94 milhões para pagamento das dívidas internas contratadas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios assumidas pela União.

Na mesma reunião, será apreciado requerimento de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), pelo qual, na qualidade de relator, solicita a prorrogação, por 60 dias, do prazo para apresentação do parecer às contas do presidente da República relativas ao exercício de 96.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

PREVIDÊNCIA

Emendas chegam a 50 e vão à CCJ

Terminou ontem, depois de receber 50 emendas, a discussão de plenário da reforma da Previdência, em primeiro turno. A proposta volta hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), dará parecer sobre as emendas.

Ontem foram apresentadas mais 12 emendas, de autoria dos senadores Fernando Bezerra (PMDB-RN), Emília Fernandes (RS), José Alves (PFL-SE) e José Bianco (PFL-RO).

Cinco emendas entregues são de autoria da senadora Emília Fernandes, que propõe, entre outras coisas, retirar do substitutivo de Beni Veras a idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) para aposentadoria pelo INSS ou pelo serviço público. Ela quer

ainda que professores universitários também possam, a exemplo dos outros professores, se aposentar cinco anos antes dos outros empregados.

O senador Fernando Bezerra pretende, conforme emenda que apresentou, impedir a incidência de contribuição previdenciária sobre a receita das empresas, mantendo cobrança apenas sobre o faturamento. Ele argumenta que essa contribuição pode inviabilizar as empresas e "é tão perversa que permite a inusitada circunstância de ser devida sobre um aparente ganho em períodos nos quais a empresa teve um efetivo prejuízo". Fernando Bezerra quer ainda suprimir a emenda, aprovada pela CCJ, que institui a CPMF de forma permanente, para financiar a seguridade social.

Já emenda do senador José Alves objetiva impedir que,

após a morte de aposentado, haja novo redutor na remuneração dos pensionistas. Alves alega que isso é injusto, pois, ao se aposentar, o servidor já terá a remuneração cortada em até 30%. Outra emenda do senador garante aposentadoria, pela atual legislação, a quem cumprir requisitos para obtê-la nos próximos cinco anos. Por sua vez, o senador José Bianco propôs que esse tempo a mais para vigência da atual legislação, para efeito de aposentadoria, seja de um ano.

Outra emenda de José Bian-



Beni Veras examinará agora as emendas ao substitutivo

co estabelece que qualquer trabalhador em condições de se aposentar até a data da promulgação da emenda da Previdência poderá fazê-lo a qualquer tempo. Para ele, o texto do substitutivo não é muito claro sobre isso.

Dutra quer evitar desvio de dinheiro

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, alertou, no último dia de discussão em plenário da reforma da Previdência, que o dinheiro arrecadado pela Previdência com base no faturamento e receita das empresas poderá ser desviado, se mantido texto do inciso X do artigo 167 do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE). Ele apresentou emenda proibindo o governo de usar, fora da Previdência, qualquer arrecadação previdenciária.

- É salutar a decisão do relator de introduzir algumas vedações. Não entendemos por que ele não quis estender a proibição quando se trata de arrecadação baseada no faturamento ou receita das empresas, até porque no futuro crescerá essa arrecadação, em detrimento das contribuições baseadas na folha de pagamentos - justificou.

Caso o relator acate sua emenda, será possível evitar "o que aconteceu no passado, quando dinheiro da Previdência bancou a construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói".

Outra emenda apresentada por José Eduardo Dutra, e justificada durante a discussão da matéria, prevê que a lei complementar que tratará da previdência dos militares deverá refletir suas peculiaridades, mas observando, no que couber, as condições de aposentadoria, de limite de idade, de reajustes e de pensões dos servidores civis em geral.

Emília: tema é humano, não puramente técnico

A senadora Emília Fernandes (RS) manifestou sua contrariedade com a forma como o Legislativo vem conduzindo a reforma da Previdência, a qual, em sua opinião, resultará em prejuízos para os trabalhadores e aposentados. No seu entender, ainda está em tempo de o Congresso encontrar um novo caminho para essa reforma, ouvindo democraticamente a sociedade.

- Existem 50 emendas ao projeto da Previdência, e isso demonstra o quanto é complexo o assunto, e portanto merecedor de análise e atenção de cada um de nós - disse a senadora.

Emília considera fundamental encontrar-se solução para um problema que, como acentuou, desafia o desempenho dos governos e principal-



Emília: que país se pretende construir, abandonando a velhice e a infância?

mente resulta em prejuízo para os cidadãos. A seu ver, essa preocupação não está clara no projeto de Previdência em estudo no Legislativo, apesar dos esforços do relator. A senadora considera fundamental estancar a fraude e a corrupção, mas em sua opinião isso não tem tido prioridade nos debates.

Ela sustentou que esse não é um debate apenas técnico, pois tem uma dimensão prioritariamente humana, concernente ao

respeito ao trabalho, aos cidadãos, sobretudo aos idosos, e ao direito a uma vida digna para todos. Emília lastimou que o debate se concentre na preocupação com a redução do déficit público, o qual, "apesar das diversas medidas adotadas, cresce a cada dia, como todos podem acompanhar pelos jornais".

Para a senadora, esse déficit tem causas mais significativas, como as altas taxas de juros, as importa-

ções indiscriminadas e a utilização de recursos para tapar rombos, como os criados pelos bancos salvos pelo Proer (Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro). Em sua opinião, a reforma da Previdência, como outras reformas em curso, partiu de um pressuposto equivocado, e os reais problemas causadores da crise não estão sendo atacados.

- É de perguntar que tipo de país se pretende construir quando, por um lado, se tratam com tanta frieza e tão pouco caso os seus velhos; por outro, se relegam as crianças à exploração do trabalho infantil e à prostituição; e se reserva aos trabalhadores da ativa o desemprego, a informalidade, a ausência de direitos trabalhistas e salários miseráveis - frisou.

INCENTIVOS

Waldeck: "guerra fiscal" afeta economia dos estados

"Há uma verdadeira batalha campal entre os estados para atrair empresas", afirmou ontem o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) ao defender, em plenário, proposta de emenda constitucional de sua autoria que objetiva acabar com a chamada "guerra fiscal" entre os estados.

A matéria recebeu seis emendas de plenário e retornou hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), dará parecer sobre elas. A proposta de Waldeck Ornelas dá poderes ao Senado para definir as condições em que os esta-



Waldeck: pelo incentivo regional dos e o Distrito Federal poderão conceder isenção fiscal para atração de empresas.

- O Senado não pode ficar ausente dessa discussão e deve interferir para acabar com o conflito. O nosso objetivo é levar a uma redução no volume dos incentivos que são concedidos. Hoje, essa função compete ao Confaz, mas não está funcionando. A guerra fiscal entre os estados existe porque não há no país uma política de desenvolvimento regional - disse.

Após frisar que a concessão de incentivos depende do voto favorável de todos os secretários de Fazenda, que integram o Confaz, o senador afirmou que os estados mais ricos têm poder de vetar os pedidos de incentivos dos estados pobres.

"Nas atuais condições, nenhuma indústria irá estabelecer-se no Norte, Nordeste ou Centro-Oeste", assinalou.

- A nossa proposta significa uma contribuição efetiva para

elevando a alíquota de ICMS para sobreviver. A emenda, além de restabelecer a paz na Federação, significa recuperar o papel que os incentivos fiscais devem ter na po-

lítica de correção dos desequilíbrios regionais - sustentou.

O relator, Lúcio Alcântara, apresentou emenda ao

projeto prevendo que caberá ao Senado baixar resolução definindo, para cada região do país, os parâmetros pelos quais os estados e o Distrito Federal poderão conceder isenção fiscal.

Segundo o senador, a disputa entre os estados existe porque não há no país uma política de desenvolvimento regional

a política econômica, como forma de se conseguir um ajuste fiscal consolidado do setor público. Não podemos nos esquecer de que os estados enfrentam uma séria crise financeira, com alguns até mesmo

"Não dá para conviver com a festa", desabafa Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) reafirmou ontem, em plenário, apoio à proposta de emenda de Waldeck Ornelas que tenta conter a "guerra fiscal" entre os estados.

- Alguns senadores entendem que essa emenda pode provocar mais desigualdades. A alegação é que o Sul e o Sudeste têm menos senadores que a soma do Norte e Nordeste, os quais podem favorecer suas regiões. No entanto, alguma coisa tem que ser feita. Se essa emenda é uma possibilidade de solucionar o problema, então que se corrija eventuais distorções - afirmou.

Na opinião de Osmar Dias, "não dá mais para conviver com a festa que alguns go-



Osmar cita o caso do Paraná

vernadores estão fazendo, sob o pretexto de que estão dando incentivos para gerar empregos".

- Lá no Paraná, a festa foi longe demais. Os incentivos mais os financiamentos conce-

didos pelo estado à Chrysler, para instalar uma montadora de automóveis perto de Curitiba, chegam a US\$ 600 milhões. Como a empresa pretende investir apenas US\$ 315 milhões, deduzimos que o governo do Paraná está dando um troco de US\$ 285 milhões à montadora - salientou.

O senador disse que a Chrysler deverá gerar cerca de 500 empregos na linha de montagem, quase US\$ 1 milhão por emprego. Para ele, se o governo paranaense investisse na agroindústria, sua vocação natural, seriam criados "os milhares de empregos que faltam no estado". Osmar Dias lembrou ainda que a Renault também vai receber incentivos e financiamentos "que passarão dos US\$ 300 milhões".

Benedita anuncia voto a favor de substitutivo

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou ontem que votará favoravelmente ao substitutivo oferecido pelo senador Lúcio Alcântara à proposta de emenda constitucional que atribui ao Senado a competência de definir, para cada região do país, os parâmetros segundo os quais os es-

tados poderão conceder isenções ou desonerações referentes ao ICMS.

Apesar disso, ela reconheceu os benefícios da "guerra fiscal" na criação de postos de empregos em lugares antes negligenciados pelas grandes indústrias. "Não há como negar que a guerra do ICMS proporcionou a realocização

industrial e o desenvolvimento de outras regiões do Brasil. Novas fronteiras econômicas, antes nunca exploradas, estão surgindo a uma velocidade estonteante", disse.

Mencionando pesquisa do IBGE, a senadora disse que, entre 1989 e 1995, a Bahia gerou 400 mil novas ocupações a mais do que São Paulo.

Kleinübing vê ilegalidade semelhante à dos precatórios

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) afirmou ontem em plenário, no último dia de debate da emenda constitucional que tentará acabar com a "guerra fiscal", que três estados agiram de forma inconstitucional e ilegal ao concederem incentivos fiscais para atração de indústrias.

- Hoje, por lei, para darem incentivos, governadores e prefeitos são obrigados a fazê-lo mediante um convênio, que deve ter o apoio de todos os secretários de Fazenda dos estados. Os incentivos dados pelo Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são absolutamente inconstitucionais. São ilegais e inconstitucionais, exatamente como foram inconstitucionais as emissões dos precatórios - assinalou.

Para ele, ao votar a proposta de Waldeck Ornelas o Senado decidirá se quer ou não trazer para si o que hoje é competência do Confaz. "Não entendo como o Confaz tenha sido o responsável por essa guerra fiscal. Pelo contrário, ele é o único que



Kleinübing questiona emenda

não é responsável", frisou Vilson Kleinübing.

- Tenho minhas dúvidas sobre a maneira de resolver esse problema. Acho que nem precisamos da emenda do senador Ornelas porque, repito, isso já é proibido. Quanto à questão de trazeremos o problema para o Senado, penso que, dependendo da decisão da Casa, teremos também de trazer para cá aquelas matérias que hoje são decididas pelo Confaz e estabelecer regra para as operações posteriores - concluiu Kleinübing.

Crise que atinge o setor exige a aplicação de recursos da seguridade e percentagens fixas do orçamento fiscal da União, dos estados e dos municípios, afirma senador

Alcântara sugere novo custeio para saúde

A necessidade de se criarem novos mecanismos de financiamento da saúde foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem recursos de seguridade social e percentagens fixas do orçamento fiscal da União, dos estados e dos municípios precisam ser aplicados, com urgência, no setor.

Conforme o senador, apesar de ter havido uma alocação adicional para essa área com o recolhimento da CPMF, "o governo nunca investiu tão pouco em saúde e investirá menos recursos *per capita* neste ano do que em 1996".

Lúcio Alcântara afirmou que, enquanto países industrializados destinaram, no ano passado, uma média de 10% do PIB para o setor saúde, o governo brasileiro considera excessivos os menos de 3% que aplica nessa área.

O senador é de opinião que "o Sistema Único de Saúde (SUS) não conta com os recursos que deveria receber de acordo com as normas constitucionais, e que o que é fixado, ano a ano, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, é pouco".

Ele lembrou o programa lançado no início do ano pelo Mi-

nistério da Saúde, que previa a adoção de um sistema gerencial, com financiamento estável, como uma das medidas para viabilizar a consolidação do SUS.

No entendimento de Alcântara, "a revitalização do SUS é imprescindível para garantir a universalidade, a integralidade, a equidade e a descentralização na assistência médica, a fim de que todos os brasileiros sejam atendidos com segurança e tranquilidade".

- Temos assistido a um agravamento geral da crise da saúde pública no país, com o sucateamento e a superlotação



Mauro: conflito autofágico

Mauro apóia medida que coíbe disputas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a aprovação da proposta de emenda constitucional de autoria do senador Waldeck Ornelas.

Na opinião de Mauro Miranda, a proposta é um mecanismo hábil para "evitar a aprofundamento de um conflito autofágico e predatório entre as unidades federativas e contribuir para com a política de ajuste fiscal, mediante redução do volume de renúncias, restabelecendo a vitalidade e a capacidade de ação do poder público".

O senador argumentou que a proposição contribui para a promoção de uma política de desenvolvimento regional equilibrada e "resgatada para o Senado Federal uma função legislativa que é prerrogativa sua por excelência".

- Se o Senado tem entre as suas atribuições a de fixar alíquotas do ICMS, é natural que assuma a competência de estabelecer os parâmetros que venham a pautar a renúncia fiscal de cada unidade federativa - observou.

Mauro Miranda citou artigo do professor da Universidade do Rio de Janeiro, Antônio Barros de Castro, publicado na *Folha de S. Paulo*, no qual afirma que algum "balizamento deve ser introduzido na guerra fiscal". De acordo com o senador, o balizamento a que se refere o professor impõe-se para evitar a má locação de recursos produtivos.



Alcântara: revitalizar o SUS

de hospitais públicos, incapazes de atender à demanda. Uma crise estrutural e profunda que atinge, sempre, os mais humildes, os que não podem pagar um plano de saúde - disse.

Odacir aplaude Sistema de Agronegócios

O senador Odacir Soares (PFL-RO) previu que o Sistema de Agronegócios (Siagro) será de grande importância para a economia nacional, já que levará a 1,5 milhão de produtores informações atualizadas e gratuitas sobre preços agropecuários, condições climáticas, normas para a produção de sementes e legislação trabalhista e previdenciária.

Odacir Soares afirmou que o sistema, criado recentemente pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), estará disponível em rede nos computadores dos sindicatos rurais pela Internet. Ele ressaltou que o Siagro também estará em 520 pontos de atendimento informatizado do Sebrae em todo o país e futu-

ramente poderá ser incluído nos escritórios da Emater.

De acordo com o senador, o objetivo da CNA é acabar com a falta de informação dos produtores rurais. "Plantando ou colhendo na hora certa, baseando-se nas informações climáticas, o agricultor pode ter acesso aos preços de insumos - fertilizantes, calcário, inseticidas - e também saber as cotações dos produtos de sua fazenda".



Odacir: informação certa

Jonas reforça apelo em favor de colonos e agricultores

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que a crise "sem precedentes" por que passam os agricultores e colonos brasileiros se deve ao aumento das importações agrícolas, à concorrência desleal de produtos subsidiados em outros países e às altas taxas de juros internas. Ele também apontou como causadores de dificuldades o alto grau de endividamento dos produtores, a elevada carga tributária e a carência de infra-estrutura e apoio à produção e à comercialização dos produtos agrícolas.

Segundo Jonas Pinheiro,



Jonas: crise sem precedentes

o esforço do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, em buscar soluções para o problema tem-se apresentado de forma "lenta e reduzida". Ele pediu mais atenção por parte das autorida-

des do setor para que se possa "expandir e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros nos campos e nas cidades".

- Ao acompanhar e apoiar os trabalhos dos agricultores brasileiros, somos testemunhas das enormes dificuldades que enfrentam os colonos e agricultores para produzir e, sobretudo, comercializar a sua produção. Apesar disso, pudemos, também, sentir a garra e a dedicação desses abnegados, que em condições adversas são responsáveis por uma produção de cerca de 80 milhões de toneladas de grãos anualmente - afirmou.

Jonas Pinheiro lembrou o Dia do Colono e o Dia do Agricultor, comemorados no mês passado, que, a seu ver, passaram despercebidos "porque a população brasileira deixou de valorizar a agricultura e as pessoas que vivem da atividade".

- Com o crescente processo de industrialização e de urbanização, somos levados a desconsiderar a importância da agricultura e a esquecer que ela está, fundamentalmente, na base da nossa vida e da nossa sociedade - garantiu.

Jorge Amado vai a estande na Bienal do Rio

Os escritores Jorge Amado e Zélia Gatai e o ministro da Indústria e do Comércio, Francisco Dornelles, além do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), visitaram nesse fim de semana o estande do Senado na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

Jorge Amado elogiou a participação do Senado e sugeriu que os outros Poderes da República sigam o exemplo. Zélia Gatai apreciou a exposição sobre o acervo do ex-senador Luiz Viana Filho e, ao ver fotos dele na página da Internet do Senado, lembrou a amizade que os uniu. Francisco Dornelles falou da sua satisfação em constatar que "o Senado Federal está em posição de relevo na feira," e José Ignácio Ferreira destacou a importância da participação do Senado na Bienal.

Para José Ignácio Ferreira, iniciativas como essa facilitam a aproximação da Casa com a sociedade, tornando a instituição mais democrática. Ele elogiou os livros, disquetes e o CD-ROM disponíveis, no estande, sobre legislação brasileira, por considerar que ajudam a sociedade a conhecer o trabalho parlamentar e as leis do país.

O estande do Senado já vendeu mais de 500 livros, 12 CD-ROMs de legislação brasileira e mais de 200 disquetes da Constituição e de leis complementares. A feira estará aberta ao público até o próximo domingo.

Iniciativa da Câmara institui a renda mínima, mas o senador lembra que idéia semelhante, de sua autoria, está desde 91 naquela Casa

Suplicy é contra urgência para projeto da bolsa-escola

Por avaliar que há inconsistências a serem corrigidas e para aguardar realização de audiência pública na Comissão de Educação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem que os líderes governistas reconsiderem decisão de apresentar requerimento de urgência para a votação do projeto de lei da Câmara que institui a renda mínima através da adoção da bolsa-escola.

Além disso, o senador solicitou que haja "maior entrosamento entre os partidos no Senado, sobretudo a respeito de matéria a ser votada", de modo que a oposição também seja ouvida. Suplicy observou que este não é o projeto de sua autoria, que prevê a concessão de uma renda mínima a todos que não tenham condições de sobrevivência e, aprovado no Senado, tramita na Câmara desde dezembro de 1991.

Conforme o senador, o projeto de renda mínima em tramitação no Senado prevê que o Executivo seja autorizado a estabelecer programas de bolsa-escola apenas em municípios que tenham arrecadação e renda média inferiores, comparativamente à situação de outros municípios de cada es-



Suplicy: maior entrosamento

tado. Isso, a seu ver, é "uma fórmula inconsistente", pois excluiria do programa as grandes cidades, cujas periferias registram índices de miséria acentuada.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (RS), designada relatora na Comissão de Educação, reiterou que requereu uma audiência pública, que provavelmente será realizada na semana que vem, e também pediu que os líderes governistas aguardem pelo menos uma semana para votar o projeto.

Em resposta a Suplicy, o líder do governo no Congres-

so, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), manifestou seu acordo quanto à realização de entendimentos com a oposição no que diz respeito à definição da pauta de votações. Quanto ao pedido do senador paulista, Arruda frisou que é inconsistência para Suplicy o que, para ele, é divergência mesmo.

O projeto de renda mínima, relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Assuntos Sociais, englobou criteriosamente os vários projetos sobre o tema num trabalho realizado ao longo de seis meses, com consultas a especialistas e autoridades nacionais e internacionais, disse. Na opinião de Arruda, o substitutivo elaborado por Alcântara conseguiu avanços técnicos cruciais e "está maduro para ir a plenário".

José Roberto Arruda garantiu que o objetivo do projeto é evitar as migrações para as grandes cidades, dando condições de permanência nos municípios de origem às populações mais pobres do país. As grandes cidades, acrescentou, poderão ter seus programas de renda mínima, como já ocorre hoje, mas sem nenhum ônus para a União.



Amorim: governador incompetente

Amorim vê erro nas contas em RO

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o governo de Rondônia errou no valor da dívida do estado na proposta de rolagem aprovada pelo Senado. De acordo com ele, o governador Valdir Raupp propôs um giro da dívida de R\$ 193 milhões, sendo que o Tribunal de Contas da União (TCU) apurou que o valor dela era de aproximadamente R\$ 700 milhões.

O senador informou que comunicou esse fato ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Serra (PSDB-SP), e solicitou que seja feita uma diligência junto ao Banco Central com o objetivo de corrigir o erro.

"Assim não se criam problemas para os futuros governantes de Rondônia, que não podem ser prejudicados pela incompetência e irresponsabilidade do atual governador", afirmou.

Ernandes Amorim sugeriu ainda uma privatização "alternativa" para o Banco do Estado de Rondônia (Beron), na qual haveria um programa de financiamento para o saneamento da instituição e para sua recapitalização. Pela proposta do senador, o banco ofereceria ações para pequenos e médios compradores, até o limite do total de ações do acionista controlador.

- A receita apurada com a venda das ações seria totalmente empregada na amortização dos financiamentos para o saneamento do passivo e a sua recapitalização, de forma vinculada, por ocasião do pagamento de cada lote - explicou.

Gilvam considera juíza do caso pataxó "uma mulher corajosa"

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou a decisão da juíza Sandra de Santis Mello de considerar a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos como "lesão corporal seguida de morte". A seu ver, a atitude da juíza "foi a de uma mulher corajosa, que soube ser fiel à interpretação dos autos".

Na opinião do senador, os jovens que jogaram álcool e atearam fogo no homem que dormia numa parada de ônibus em Brasília cometeram um crime e devem pagar por

ele, mas a juíza não agiu como Pilatos, "lavando as mãos e empurrando para júri popular o julgamento dos acusados".

Gilvam Borges entende não ter havido, por parte dos quatro jovens, a intenção de matar. Para ele, houve um ato de "irresponsabilidade e uma fatalidade", já que, não fosse assim, teriam usado uma arma qualquer, acredita. O senador disse estar penalizado tanto com a morte de Galdino como com as consequências que o fato trouxe para os quatro jovens e suas famílias.



Gilvam: decisão fiel aos autos

Líder do Bloco Oposição condena redução do prazo de propaganda eleitoral na TV e encontro no Palácio do Planalto para tratar das novas regras com o presidente

Dutra teme lei casuística para eleições

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) preveniu ontem o Senado do risco de a nova lei eleitoral conter casuísmos capazes de ferir a democracia brasileira. Ele condenou várias características do projeto em debate na Câmara, a começar pelo fato de o Legislativo aprovar uma lei diferente para cada eleição. Criticou a idéia de se reduzir o tempo de propaganda na televisão, o sistema de contagem de votos em branco e o envolvimento do presidente Fernando Henrique Cardoso na discussão dessa lei.

- É um absurdo uma reunião de líderes dos partidos que apoiam o governo, no Palácio do Planalto, para discutir as regras da eleição, principalmente quando existe um artigo permitindo a reeleição. É impossível neutralidade em política, por isso seria conveniente que o presidente se resguardasse



Dutra: campanha deve ter 60 dias

de discutir uma lei que poderá facilitar seu caminho para a reeleição.

Líder do Bloco Oposição, Dutra avisou que seu partido não aceitará participar de uma farsa para garantir a continuidade do atual governo. Sobre a redução do tempo de propaganda na televisão ele disse, ironicamente,

que desejamos reduzir esse prazo para 30 dias, quando a campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso começará um ano antes. Na opinião de Dutra, o certo é um período de 60 dias de campanha.

Sobre a representatividade partidária necessária para definir esse tempo, o líder explicou que, por respeito à população, a definição desse percentual deve amparar-se no número de parlamentares que a legenda trouxe para o Legislativo nas últimas eleições, "não na dança partidária que geralmente antecede esse cálculo". A seu ver, "a proporcionalidade tem que ser de acordo com a bancada que o partido elegeu".

José Eduardo Dutra também contestou a permissão para que o governante participe de inaugurações. Destacou que, se há obras públicas para serem inauguradas, foram construídas com o dinhei-

ro da população. Explicou também que, mesmo que o governante não se anuncie candidato durante a inauguração, isso é secundário, visto que no Brasil as inaugurações sempre se transformam em atos político-eleitorais.

Sobre financiamento de campanha, Dutra observou que o Brasil nunca terá uma democracia plena enquanto não houver financiamento público das campanhas eleitorais, a fim de que a sociedade possa vigiar quem está exorbitando nessa questão. Ele também se referiu à proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT) destinada a acabar com o segundo turno para a eleição de governadores. E afirmou que o Brasil não pode acabar com o segundo turno "em função de interesses casuísticos". Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o discurso de Dutra, e disse que o presidente da República não pode diminuir tão drasticamente o tempo de campanha.



Amin: senador faria 103 anos

Amin pede homenagem a ex-senador

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC) propondo que a primeira parte da sessão do dia 14 de outubro seja destinada a homenagear o ex-senador Carlos Gomes de Oliveira, que morreu sexta-feira, em Joinville, Santa Catarina. Além disso, ele pediu registro em ata de voto de pesar e o envio de condolências à família do ex-senador. Conforme o senador, "o grande momento" na carreira desse político, que completaria 103 anos de idade no dia 12 de outubro, ocorreu quando Carlos Gomes de Oliveira deu posse ao presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, e representou o Brasil na Assembléia Geral da ONU. Esperidião Amin informou que Carlos Gomes de Oliveira foi filiado ao Partido Liberal catarinense (1934-1937) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1966), e exerceu mandatos de deputado estadual (1926-1930) e deputado federal constituinte de 1934 a 1937, tendo ocupado a cadeira de senador entre março de 1951 e janeiro de 1959.

Benedita propõe união da esquerda contra Fernando Henrique

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a necessidade de união dos partidos de esquerda com vistas às eleições do próximo ano e à unificação do pensamento da oposição em relação ao projeto do governo Fernando Henrique Cardoso. "A aliança é possível e demonstraria o amadurecimento do campo popular e democrático", disse.

- Não é possível que a esquerda não consiga unificar seus sentimentos. É bom lembrar que sem oposição o governo e, principalmente, o povo perdem muito. É preciso colocar os interesses individuais e menores de lado: afinal, não há como ceder sem perder alguma coisa - afirmou.

Benedita da Silva pregou a união entre o PT, o PSB, o



Benedita: oposição é fundamental PC do B, o PDT e o PPS nas eleições presidenciais e de governadores em 1998, "para que haja um confronto com o projeto de Fernando Henrique Cardoso". Para a senadora, a aliança entre as legendas de esquerda "não muda as características de nenhum desses partidos".

Lobão duvida que Clinton condicione apoio dos EUA

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem não acreditar que seja verdadeira a notícia de que o presidente norte-americano, Bill Clinton, tenha "condicionado o apoio político e material de seu grande país às soluções definitivas que a América Latina possa encontrar para eliminar a impunidade e a corrupção".

Mesmo reconhecendo que o Brasil tem tido problemas nessas áreas, os poderes Executivo e Legislativo avançaram no aprimoramento das leis, assegurou, de modo que "prescindimos dos conselhos ou das ameaças alienígenas, que ferem a soberania nacional".

Lobão salientou que, da parte dos brasileiros, também se acompanham com preocupação as segundas denúncias contra o presidente dos Estados Unidos. Além disso, acrescentou, o mundo civilizado sempre lamentou os assassinatos de Abraham Lincoln, John e Robert Kennedy,



Lobão: corrupção x assassinos Martin Luther King e John Lennon, entre outros.

O senador também citou o caso Watergate, que culminou com a renúncia de Richard Nixon à Presidência dos EUA, e os assassinatos de Gandhi, Anwar al-Sadat, Olof Palmer e Yitzhak Rabin.

- Relembro esses episódios para realçar que o germe do crime, da maldade e da tentação para as ilicitudes, infelizmente, existe onde existe o ser humano - afirmou.

Senador faz apelo em favor de 42 mil mutuários que investiram anos e anos de poupança na aquisição de um imóvel

Valmir quer solução para crise da Encol

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que "a Encol já mostrou capacidade técnica e poderá reerguer-se, se for devidamente amparada". Ele defendeu a renegociação da dívida da empresa com os bancos credores, especialmente com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Já salvamos tantos bancos quebrados. Por que não salvaríamos uma empresa que, de uma forma ou de outra, tem ajudado o Brasil a superar o seu problema de déficit habitacional? - questionou. A seu ver, "não se pode, em nome da intransigência capitalista, condenar milhares de pessoas ao prejuízo, à desesperança e ao desemprego".

Valmir Campelo esclareceu que a construtora tem cerca de R\$ 1,2 bilhão a receber de clientes que compraram imóveis cujas obras foram para-



Valmir: problema social

lisadas e outros R\$ 600 milhões aplicados em imóveis que não consegue vender. O senador acredita que a Encol, "embalada pela euforia do crescimento verificado no início da década", acabou construindo mais apartamentos do que os brasileiros podiam comprar.

Conforme Valmir Campelo, até 1994, a Encol, "valendo-se de vultosas aplicações financeiras, conseguiu manter-se na corda bamba". Entretanto, a partir do Plano Real, a situa-

ção se complicou para a empresa, "que então se tornou grande demais e já não conseguia andar pelas próprias pernas".

A crise que vive a Encol extrapola o mundo dos negócios na medida em que envolve aspectos sociais de indiscutível relevância - advertiu o senador. Para ele, "muito além dos bancos, do Fisco, dos fornecedores que brigam para receber o que a empresa lhes deve, existe uma legião de 42 mil mutuários que acreditaram na possibilidade da casa própria e que investiram anos e anos de poupança na aquisição de um imóvel, além dos 12 mil funcionários que não recebem salários há três meses".

Em aparte, os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Nabor Júnior (PMDB-AC) associaram-se ao pronunciamento do senador Valmir Campelo, pedindo também uma renegociação da dívida da empresa.

Expressão em dicionário desrespeita Acre, diz Nabor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou ontem a inclusão da expressão *ir para o Acre* entre os sinônimos do verbo *morrer*, na 2ª edição do dicionário *Aurélio*. Ele afirmou que está interpelando judicialmente a Editora Nova Fronteira, responsável pela publicação do dicionário, para cobrar uma explicação sobre as origens e condições em que foi colhido o conceito.

Nabor Júnior lembrou que, para um conceito ser reconhecido e citado em um dicionário como o *Aurélio*, o verbo deve passar antes por avaliação criteriosa de importância e veracidade. Ele disse que deixar de fazê-lo em



Nabor: preconceito contra estado

um caso é a abertura para outras levandades. "escancarando as páginas para delírios e retaliações desprovidas de dignidade ou base científica". O senador considerou a inclusão do significado uma agressão

ao Acre e disse que esse estado "não pode ficar exposto à chacota gratuita e maldosa".

O que terá mudado, entre a primeira e a segunda edição do festejado dicionário, para que o Acre passasse a ser considerado o cemitério alegórico dos brasileiros? Onde os renovadores do legado de Aurélio Buarque de Holanda foram descobrir, inventar ou falsear essa definição, de tão mau gosto e de legitimidade duvidosa? - indagou.

Para Nabor Júnior, essa questão, embora possa parecer de pouca importância, refere-se, na verdade, "à dignidade e à preservação da imagem do estado do Acre".

Lucídio homenageia Teresina e destaca os problemas da cidade

O senador Lucídio Portella (PPB-PI) homenageou a capital do Piauí, Teresina, que está comemorando 145 anos de fundação. Ele destacou a função da cidade como centro irradiador de desenvolvimento do estado e defendeu o "aprofundamento de uma política de criação de emprego e renda" para que Teresina possa ter fortalecido o seu papel "de prestadora de serviços, de centro comercial da região".

Lucídio Portella pediu ao governo a adoção de providências que atenuem "a situação de penúria" em que se encontra a rede pública de saúde da cidade. O senador disse que os hospitais de Teresina atendem não apenas aos piauienses, mas a "grande massa de doentes advindos do Maranhão, do Pará, do Tocantins e do Ceará".



Lucídio: centro irradiador

Incentivar a instalação de um parque industrial em Teresina, com uma política de incentivos fiscais, é fundamental para a cidade e para o estado do Piauí, e motivo essencial para a união de forças da sociedade na consecução desse desiderato, que culminará com a geração de mais empregos e renda e, conseqüentemente, propiciará melhores condições de vida para todos os teresinenses - disse.

Projeto impõe limites ao trabalho cooperativo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei que impõe limites à prestação de trabalho cooperativo. A proposição dá nova redação ao parágrafo único do artigo 442 da CLT, para explicitar que só será admitida a inexistência de vínculo de emprego se a prestação do serviço cooperativo não ofender a legislação específica.

Ele argumenta, na justificativa do projeto, que o legislador generalizou a prestação desse trabalho ao estabelecer naquele dispositivo, sem qualquer restrição, que "não existe vínculo empregatício entre a sociedade cooperativa e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela".

Júlio Campos afirma que a redação atual do citado parágrafo permite fraudes de legislação trabalhista, principalmente ao artigo 3º, segundo o qual toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador é considerada empregado.

Embora não fosse a intenção do legislador a generalização deste tipo de prestação de serviço, a medida surtiu efeito maléfico, com proliferação de cooperativas de todos os tipos e finalidades, com o intuito de, tão-somente, burlar a legislação trabalhista, desonerando-se do pagamento de encargos sociais - disse o senador.



Campos: evitar fraudes